**XLIX CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES DE ESTADO**

**E DO DISTRITO FEDERAL**

**AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NO ESTADO DA BAHIA. PRATIQUE OU EXPLIQUE!**

**SALVADOR**

**2023**

**RESUMO:** Apartir da constatação do poder regulatório e de fomento das contratações públicas, questionar o papel da Administração Pública no Brasil como contratante de produtos e serviços/obras, e, portanto, corresponsável pela geração de resíduos/emissão de gases, especialmente como detentora do poder de induzir práticas sustentáveis, capaz de criar, estimular e/ou desenvolver mercado físico e digital ecoeficiente sob o influxo do desenvolvimento nacional sustentável.

**1. INTRODUÇÃO**

Muito embora a importância das contratações públicas no Brasil seja incontestável, representando o percentual de até 15% do PIB nacional[[1]](#footnote-1), pouco tem sido feito para viabilizar objetivos de políticas públicas, notadamente quanto às boas práticas de sustentabilidade.

Reconhece-se a existência de tímida adoção pontual da finalidade regulatória da contratação pública brasileira, basicamente pelo estabelecimento de discriminações positivas a favor de determinado grupo, sem, contudo, pensar no objeto contratado e sua especificação, com vistas à adoção de regras de sustentabilidade. Além disso, empiricamente se verifica a ausência de sintonia entre as contratações de governo e o objetivo de estimular essas boas práticas.

Essa inação generalizada das Fazendas Públicas, com raras exceções, entra em contradição à legislação de licitações e contratos, que desde 2010 incorporou em seus objetivos a ordenança de desenvolvimento nacional sustentável, hoje reproduzida com mais ênfase na nova Lei de licitações nº 14.133/2021.

A problemática se agiganta quando se tem em referência e se aspira a cumprir a Agenda 2030 da ONU, que prevê dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável e suas metas correlatas, em especial o ODS 11 que trata das cidades sustentáveis e a ODS 12 que visa assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis (meta da ODS 12.7 – promover compras públicas sustentáveis). Aliado ao plano de ação da Agenda 2030 da ONU, o mundo corporativo evolui rumo à adoção crescente de critérios “ESG”[[2]](#footnote-2) nas companhias privadas, entendidos como condutas sustentáveis nas dimensões ambiental, social e de governança. Eis a inspiração e motivação para aprofundadas reflexões acerca do papel regulatório das compras públicas no Brasil.

O presente trabalho visa abordar essas questões, em especial questionar o papel da Administração Pública no Brasil como contratante de produtos e serviços, e, portanto, corresponsável pela geração de resíduos/emissão de gases, mas especialmente como detentora do poder de fomentar práticas sustentáveis em empresas privadas, associações e na sociedade, capaz de criar, estimular ou desenvolver mercado de produtos ecoeficientes, sob o influxo do desenvolvimento nacional sustentável, num cenário de premente necessidade de adotar boas práticas sustentáveis.

Ao final é apresentada uma proposição prática tendo como recorte a contratação pública de serviços de prestação de serviços de limpeza e conservação e de aquisição e serviços de veículos, com sugestão de intervenção nos artefatos licitatórios, introduzindo especificações de objeto e obrigações da contratada, alinhados às boas práticas ambientais capazes de fomentar a produção e consumo de produtos ecologicamente adequados e desenvolver um mercado físico e digital (plataforma digital) de produtos/serviços ecoeficientes, visando ganhos de escala[[3]](#footnote-3) e efeito de rede[[4]](#footnote-4).

**2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

O conceito mais popular de desenvolvimento sustentável é aquele “que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.”[[5]](#footnote-5). Esse conceito consta do Relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNMAD.

A premissa do desenvolvimento sustentável é que o crescimento econômico deve ser acompanhado e orientado por questões socioambientais, havendo que se olhar pelo prisma da integração entre o aspecto econômico, social e ambiental, além de outros enfoques envolvendo outras dimensões, tais como a ética e a cultural. A noção essencial é de que todo desenvolvimento deve atender e ter como referência o qualificativo “sustentável” e traz intrínseca a noção de conservação e manutenção de recursos naturais e mitigação da degradação ambiental, em dado espaço de tempo.

O crescimento econômico puro não é um fim em si mesmo e diz respeito à implementação de medidas estatais que contribuam para a efetivação de garantias dignas de vida e desenvolvimento das potencialidades humanas. Ao tratar da distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, Celso Furtado (2002, apud Villac, 2020) afirma que no Brasil não houve desenvolvimento, mas que o país apenas se modernizou. Segundo o autor, “o desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada.”

Nessa lógica, a adjetivação do desenvolvimento como “sustentável” leva à concepção de íntima e necessária relação e complementariedade entre o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e a preservação do meio ambiente equilibrado, capaz de garantir as condições de vida digna à geração presente, sem inviabilizar as gerações futuras. Villac (2020) considera a sustentabilidade como valor, garantido constitucionalmente e ratificado nas legislações infraconstitucionais pátrias, e a autora exorta à necessária mudança de concepção de desenvolvimento mecanicista focado no aumento do PIB, passando a um desenvolvimento sustentável voltado a ações para o ambiente (humano, natural, artificial, cultural, do trabalho), na consideração da natureza “numa perspectiva mais integrada”[[6]](#footnote-6).

O debate em torno das práticas de sustentabilidade como parte do desenvolvimento é questão que gera perplexidade e tem se intensificado ao longo do tempo. Desde 1972, na Conferência de Estocolmo, a ONU se ocupa da questão da sustentabilidade. No mesmo ano, o Clube de Roma[[7]](#footnote-7) publicou o famoso Relatório “Os limites do crescimento”, que trouxe à tona o debate mundial acerca da crescente industrialização e degradação ambiental e a ideia da finitude dos recursos naturais.

Segundo Barbieri (2020) o debate em torno do desenvolvimento sustentável ganhou especial impulso com a Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992 (Eco-92), graças à participação massiva de organizações da sociedade civil e de empresas multinacionais, otimizado por um cenário otimista do ambiente econômico e político internacionais, catalisado por uma onda democrática.

No âmbito da iniciativa privada, na década de 80 adotou-se o sistema “SMS”, com preocupação em saúde, meio ambiente e segurança, mas de maneira ainda compartimentada. Nos anos 90 o foco se voltou para a sustentabilidade no viés ambiental e na década de 2000 a questão social ganhou relevo, mas ainda com característica compartimentada. Não havia até então uma visão integrativa entre desenvolvimento e sustentabilidade.

Numa evolução gradual, surgiu em 2004, uma publicação pioneira do Banco Mundial em parceria com o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e instituições financeiras de nove países, chamada *Who Cares Wins* (Ganha quem se importa)[[8]](#footnote-8). Assim, foi cunhada a expressão “ESG”, sigla que diz respeito aos critérios adotados pelas companhias privadas de integração entre valor econômico aliado à preocupação com as questões ambientais, sociais e de governança corporativa, cujos princípios hoje se espraiam para a Administração Pública e organizações da sociedade civil, graças ao campo fértil da globalização, da interconexão mundial, da revolução digital, catalisado pela opinião pública focada na ética e integridade, o que fez reforçar os valores da sustentabilidade, com ênfase nas boas práticas ambientais e de responsabilidade social.

A obrigação de divulgação de boas práticas “ESG” relacionadas a aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa é imposição para as empresas listadas no âmbito da União Europeia desde 2018, quando passou a vigorar a Diretiva 2014/95/EU[[9]](#footnote-9), que regulamentou a divulgação dos riscos de sustentabilidade dos investimentos. Mais recentemente em fevereiro de 2022 a Comissão Europeia publicou o projeto de sustentabilidade corporativa e diretiva de *due* *diligence*, propondo padrões de requisitos ambientais e humanitários a serem analisados pelas empresas na avaliação de seus fornecedores e parceiros comerciais. O desafio atual nesta área, inclusive pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM é desenvolver mecanismos de métrica e taxonomia para padronização das demonstrações “não financeiras” dos valores mobiliários.

No âmbito internacional, em 2015, durante a cúpula das nações unidas sobre o desenvolvimento sustentável, realizada em Nova York, foi aprovada por 193 países a Agenda 2030[[10]](#footnote-10) para o desenvolvimento sustentável, que contém dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável e 196 metas. Trata-se de um plano de ação[[11]](#footnote-11) para o período 2016 a 2030, que se apoia em cinco elementos: i) pessoas; ii) planeta; iii) prosperidade; iv) paz v) parceria, contemplando metas finalísticas e de implementação, com alcance social, ambiental e econômico, todas visando em conjunto ou individualmente a sustentabilidade do planeta, com garantia de melhores condições de vida à geração atual e às futuras.

**2.1 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE**

A sustentabilidade tradicionalmente é vista pelo enfoque tripartite da dimensão social, econômica e ambiental, muito embora se reconheça outras faces da sustentabilidade como a ética e a jurídico-política. Nesse sentido Villac (2020) defende a multidimensionalidade da sustentabilidade como valor e princípio constitucional, de observância cogente.

A dimensão ética da sustentabilidade pressupõe o atendimento das necessidades da geração atual e da viabilidade das futuras, no exercício da solidariedade e empatia intergeracional, sob a perspectiva do bem estar de todos constitucionalmente previsto (art. 3º da CF/88) e o reconhecimento da dignidade humana.

A dimensão jurídico-política da sustentabilidade refere-se à sua eficácia imediata, não dependente de regulamentação. Nesse sentido não há espaço para transigir com o direito à sustentabilidade. Nesse sentido, não há facultatividade nem discricionariedade. Essa dimensão afeta substancialmente o ordenamento jurídico e a política pública decorrente, uma vez que a sustentabilidade deixa de ser elemento transversal à política, constituindo no cerne e baliza das contratações públicas.

No que diz respeito à dimensão social da sustentabilidade, questão que tangencia os aspectos relativos ao relacionamento humano, envolvendo a comunidade, fornecedores, empregados e colaboradores, o que de ordinário diz respeito à efetivação dos direitos sociais, como saúde, educação, segurança social, garantia dos direitos assegurados aos trabalhadores, garantia de acessibilidade entendida como acesso a instância decisória, a canais de denúncia e reclamação, entre outros.

A dimensão econômica diz respeito às medidas adotadas de crescimento de produção em bases sustentáveis, capaz de ampliar o bem estar da população, com geração de renda mais equitativa, emprego e condições dignas a toda a população.

Quanto à dimensão ambiental da sustentabilidade, baseado na definição popular de que é aquela que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras, tal conceito sugere a solidariedade intergeracional e transmissão de legado permanente de uma geração a outra, o que traz como pressuposto a necessidade de manutenção e conservação indefinida dos recursos naturais, com estabelecimento de uma lógica de busca de eficiência na produção de bens e serviços, com mitigação constante da degradação ambiental.

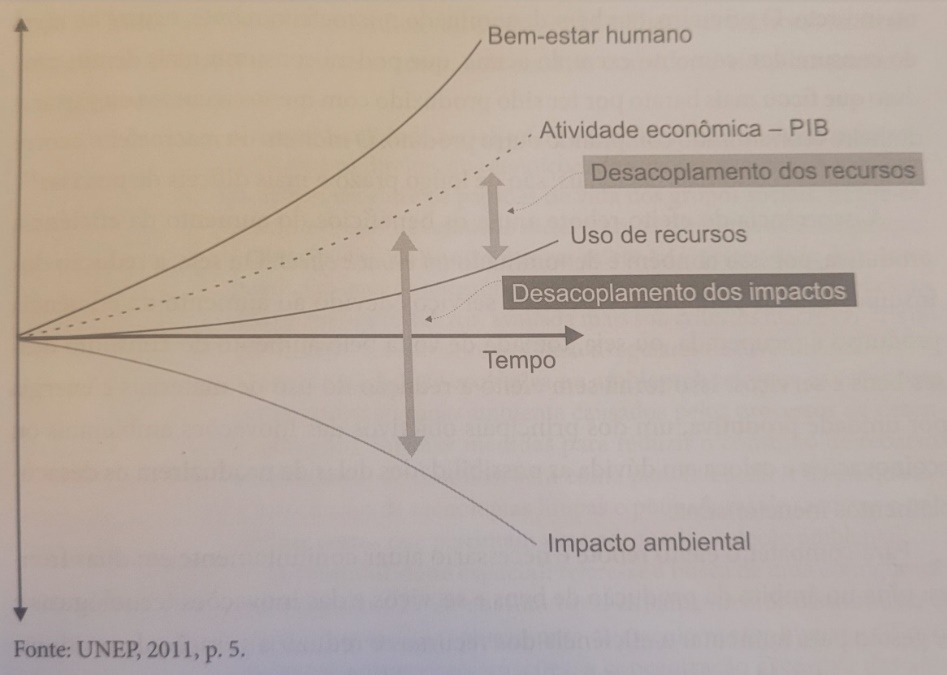
Um dos objetivos básicos da sustentabilidade ambiental é reduzir a quantidade de recursos utilizados, mantendo o movimento de expansão do bem estar da população mundial. O objetivo premente é promover o desacoplamento[[12]](#footnote-12) entre as atividades econômicas e os recursos usados e os impactos ambientais.

No contexto do desenvolvimento sustentável, desacoplamento significa utilizar menos recursos por atividade econômica e reduzir impacto ambiental de todas as atividades econômicas.

Assim, há dois tipos de desacoplamentos necessários: do uso dos recursos naturais e dos impactos sobre os recursos. O primeiro é reduzir o uso dos recursos por unidade de atividade econômica, ou seja, tornar eficiente a produção necessária à ampliação do bem estar humano, com menor uso de recursos. O segundo significa aumentar as atividades produtivas ao mesmo tempo em que se reduz os impactos ambientais negativos.

Em suma, a obtenção desses dois desacoplamentos depende da forma de exploração e uso dos recursos naturais, que interliga a questões econômicas, políticas, institucionais e culturais que determinam o que a sociedade pretende fazer com eles. Depende do tipo de desenvolvimento praticado, o que leva a outras dimensões de desenvolvimento sustentável, além das dimensões econômica e social comentadas.

O gráfico abaixo traz a representação dos dois desacoplamentos necessários:



A partir da visão multidimensional da sustentabilidade (Villac, 2020), em que se insere a Agenda 2030 da ONU, cujo centro de incidência estão principalmente “pessoas” e “planeta”, a humanidade é exortada a assumir o compromisso de mudar a lógica de produção e consumo predatórios, de garantir um vínculo de “dever de cuidado”[[13]](#footnote-13) entre os homens e entre este e a natureza.

**2.2 SUSTENTABILIDADE COMO VALOR E FUNDAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

A sustentabilidade deve ser vista como valor e direito constitucional fundamental, com especial tratamento e tutela ambiental, mas que alcança outros direitos a serem protegidos, de cunho social e econômico.

O tratamento constitucional e proteção da sustentabilidade têm abrigo desde o preâmbulo, com previsão de tutela nas normas dos arts. 3º, 6º, 225, 170, VI, espraiando por toda a Constituição.

Trata-se de um “princípio constitucional” a determinar com “eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente.” (WARPECHOWSKI, 2021, p. 385)

No preâmbulo, a Constituição assegura o “desenvolvimento” em conjunto com o bem-estar, exercício dos direitos sociais e individuais, justiça, em uma visão ampla de sustentabilidade. O seu art. 3º estabelece como objetivos a garantia do desenvolvimento nacional sustentável, redução das desigualdades sociais e regionais e promoção do bem de todos, numa clara interpretação ampla do direito à sustentabilidade multidimensional, constitucionalmente assegurado.

A partir da interpretação conjunta do dever de licitar e contratar constitucionalmente previsto (art. 37, XXI), combinado com os princípios insertos no art. 37, da Carta Magna e a norma do art. 225 da Constituição Federal, esse arcabouço reforça o caráter de direito fundamental à sustentabilidade e por conseguinte do mandamento constitucional de licitar e contratar sustentável, com observância aos aspectos socioambientais.

O *caput* do art. 225 da Constituição Federal é norma central para a compreensão do tema ao afirmar expressamente o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A Carta Magna ainda garante proteção ao meio ambiente na “Ordem Econômica e Financeira” (Título VII), ao abrigo do art. 170, VI, da CF/88, que respalda a adoção de práticas sustentáveis reforçando a sua fundamentalidade máxima.

A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei federal nº 6.938/1981) em nível infralegal reforça o valor da sustentabilidade como pilar do arcabouço legal ambiental, além de vasta legislação esparsa.

A contratação sustentável encontra amparo na Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei federal nº 12.187/2009), estabelecendo critérios de preferência nas licitações propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos. (art. 6º)

A Lei federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) trata da adequada gestão de resíduos decorrente das compras públicas e estabelece a priorização nas contratações públicas de produtos reciclados e recicláveis, além de bens e serviços que considerem padrões sustentáveis de consumo, com observância de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, ecoeficiência, logística reversa, inclusão de catadores e outras obrigações de observância pelo setor público e privado.

Para Villac (2020), a Política Nacional de Resíduos Sólidos é atualmente uma das leis mais relevantes para as contratações públicas sustentáveis brasileiras. Segundo a autora:

além de introduzir diversas inovações no cenário da gestão de resíduos sólidos nacionalmente, aproximou o direito administrativo e o direito ambiental, pela via das licitações. Neste sentido, o artigo 2º apresenta praticamente um glossário que deve ser corretamente observado nos certames licitatórios.

Com efeito, referida lei conceitua institutos, práticas e ações voltadas à sustentabilidade, entre eles, conceito de ciclo de vida do produto, coleta seletiva, destinação final ambientalmente adequada, gerenciamento de resíduos sólidos, logística reversa, padrões sustentáveis de produção e consumo, reciclagem. Traz previsão de aquisição de bens com menor impacto ambiental, priorizando produtos reciclados e recicláveis, bens e serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentável. Elenca no rol do art. 6º princípios a serem observados nas contratações públicas, a saber: prevenção e precaução, visão sistêmica na gestão de resíduos sólidos, o desenvolvimento sustentável, a ecoeficiência mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços compatíveis, de bens e serviços que tragam redução de impacto ambiental.

Muito embora a Lei nº 8.666/1993 contemple desde 2010 o objetivo de desenvolvimento nacional sustentável, a nova lei de licitações (Lei nº 14.133/21) enrobustece o valor da sustentabilidade em sua normatização, a exemplo do art. 5º que enfatiza expressamente o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; art. 11 que impõe o desenvolvimento nacional sustentável como finalidade a ser buscada; art. 18 que na fase preparatória estabelece a necessidade de avaliação prévia dos aspectos de sustentabilidade ali relacionados; art. 26 que admite o estabelecimento de margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis; art. 34 que permite a inclusão de custos decorrentes dos impactos ambientais na precificação do objeto; art. 45 que contém rol amplo de requisitos de sustentabilidade a serem observados nas contratações de obras e serviços de engenharia; além de aspectos de sustentabilidade tangenciados pelos artigos 74, 75, 92, 144 e 147 da nova Lei de licitações.

No âmbito do Estado da Bahia vige o Decreto nº 14.692/2013, que visa à incorporação das regras de sustentabilidade nas compras públicas do Estado, traz como diretrizes o uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais e maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e do serviço, e estabelece como critérios e práticas sustentáveis, entre outros, conservação e uso racional de água, energia e outros recursos naturais, minimização na geração de resíduos e efluentes, priorização de produtos biodegradáveis, reciclados ou recicláveis, adoção de tecnologias limpas e menos agressivas ao meio ambiente, priorização de produtos, tecnologias ou matérias-primas de origem local ou regional. O aludido decreto traz importante alerta de que os critérios e práticas de sustentabilidade devem estar objetivamente definidos no instrumento convocatório e não devem frustrar a competitividade.

Todo esse arcabouço constitucional e legal disponível, com força cogente, respalda a necessidade de introdução de práticas sustentáveis nas contratações públicas brasileiras. Aliado a isso, o cenário internacional compele países e companhias a aderirem à Agenda 2030 da ONU, que prevê dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável e suas metas correlatas, em especial o ODS 12 que visa assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis e sua meta 12.7 que visa à promoção das contratações públicas sustentáveis.

Ao olhar a institucionalizada normatização da sustentabilidade, permanece a perplexidade de porquê, passada uma década de inserção do “desenvolvimento sustentável” nas contratações públicas brasileiras, via alteração da Lei nº 8.666/1993, a temática ainda se mantém incipiente no país?

Uma resposta satisfatória é que as temáticas sustentáveis demandam ainda um percurso civilizatório fundado na ética e cidadania planetária, necessário a tornar realidade as contratações públicas sustentáveis no Brasil. (WARPECHOWSKI, 2021)

**2.3 AS CONTRATAÇOES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS**

Adotando o recorte da pesquisa, a licitação e contratação pública tem autorização constitucional no art. 37, XXI e informa que ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes. Licitação é o processo administrativo formal utilizado no âmbito da Administração Pública que visa a escolher, entre os diversos interessados, aquele que apresentar a proposta mais vantajosa para a celebração de determinado contrato.

Licitação e contratação “sustentável” é o processo administrativo em que se preocupa com os aspectos socioambientais em suas fases, com o objetivo de reduzir impactos sociais e ambientais e melhorar as condições que dignificam o ser humano e protegem o planeta.

Segundo o guia nacional de contratações[[14]](#footnote-14), os aspectos mínimos a serem observados na contratação pública sustentável são:

1. Questionamento quanto à necessidade de contratar;
2. Redução do consumo (Precisa comprar? Pode substituir pela contratação de serviço?);
3. Análise do ciclo de vida do produto visando aferir a vantajosidade;
4. Estímulo aos fornecedores a ofertar ao mercado produtos e serviços cada vez mais sustentáveis;
5. Fomento à inovação, tanto na criação de produtos quanto na alteração de processos de produção mais sustentáveis;

Entre os critérios e boas práticas nas contratações sustentáveis está em garantir baixo impacto sobre os recursos naturais, preferência para materiais locais e de tecnologia com menor impacto ao ambiente, maior eficiência no uso dos recursos naturais nos processos produtivos, maior geração de emprego, maior vida útil e menor custo de manutenção do bem, fomento à inovação visando diminuir pressão sobre recursos naturais e origem sustentável dos produtos e insumos utilizados.

No contexto internacional, as contratações públicas sustentáveis se traduzem como um compromisso de Direito Internacional Público, confirmado perante a Organizações das Nações Unidas (ONU), em Nova York, no ano de 2015. É a supracitada agenda de desenvolvimento mundial, que fixou dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) até 2030, com alcance além do clássico tripé ambiental, social e econômico, abarcando outros valores que dignificam o ser humano e protegem o planeta.

A par do arcabouço constitucional (art. 3º, 6º e 7º, 170, VI, 225 da CF/88) e legal (Lei de licitações nº 14.133/2021, Lei federal nº 6.938/1981, Lei federal nº 12.305/2010, Decreto do Estado da Bahia nº 14.692/2013, de caráter cogente, a despeito da ausência de caráter vinculante da agenda 2030 da ONU, “a perspectiva de um consumo estatal responsável, ético, inclusivo e preservador do meio ambiente é pressuposto abstrato do Estado assim agir.” (WARPECHOWSKI, pag. 390).

Nesse sentido o esforço dessa pesquisa de defender a força cogente de agregar aspectos sustentáveis às contratações públicas, seja na especificação de objeto, nas obrigações da contratada ou decorrente de determinações legais especiais.

**3. A MUDANÇA DO EIXO INTERPRETATIVO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: O MODELO “PRATIQUE OU EXPLIQUE”**

A Lei de licitações nº 14.133/2021 se orienta pelo princípio do desenvolvimento nacional sustentável, e a sustentabilidade como valor e direito constitucional é também objetivo da legislação de compras, ao lado da justa competição e vantajosidade. As normas do novo diploma formam um arcabouço forte na tutela ambiental e social, que gera integração ao econômico. Nessa linha, o desenvolvimento sustentável passa a ser diretriz das contratações públicas brasileiras. A implicação disso é a ampliação das contratações públicas para além de um instrumento jurídico, agora como ferramenta efetiva de fomento ao desenvolvimento do bem estar duradouro e garantia de uma vida digna a todos. É o afastamento das contratações públicas da aparente neutralidade de mero instrumento de gestão e a conversão em atuação propositiva para redução de impactos ambientais e das desigualdades sociais (Coutinho 2013 apud Villac, 2020).

Vislumbra-se assim a necessidade de reconfigurar as contratações públicas brasileiras para que os sujeitos envolvidos (servidores, advogados públicos) possam efetuar novas escolhas (dimensões de sustentabilidade), determinar os parâmetros (legalidade e princípios licitatórios), e definição de como fazer com visão sistêmica, alteração de fluxo de trabalho, institucionalização de novas rotinas, inserção da sustentabilidade no planejamento estratégico, etc.

Há necessidade de nova interpretação da norma de compras e essa nova abordagem vai enunciar que o melhor preço será apenas aquele que estiver associado às múltiplas dimensões da sustentabilidade (com destaque à dimensão ecológica) (WARPECHOWSKI, pag. 396). A melhor conduta administrativa só pode ser aquela associada aos menores impactos nocivos e aos maiores benefícios globais. Nesse sentido Villac (2020, p. 66) argumenta:

Verificou-se um rompimento de uma concepção mecanicista dos próprios instrumentos jurídicos, e a sustentabilidade foi o elemento inserido que possibilitou mudanças em uma lógica estritamente econômica que, até então, regia as contratações governamentais com a preponderância do critério menor preço do bem/serviço.

A vantajosidade demanda nova interpretação, especialmente sob o olhar da técnica da avaliação do ciclo de vida e tem como referência e escopo o valor “sustentabilidade”, que impregna toda a legislação.

A inovação vem como aspecto indissociável da adoção de boas práticas de sustentabilidade, mas inovação aqui não é necessariamente sinônimo de invenção, mas especialmente como introdução de novos processos, mais eficientes, capazes de causar menor pressão de recursos naturais, menos poluição em geral e com menos emissão de gases de efeito estufa. Nesse sentido a produção deve ser eficiente, com uso cada vez menor de insumos, aliado ao aumento da produção sem geração de resíduos ou pressão sobre recursos naturais.

Em breve panorama pela nova lei de licitações (Lei nº 14.133/21), a título exemplificativo a norma do art. 5º enfatiza expressamente o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; o art. 11 impõe o desenvolvimento nacional sustentável como finalidade a ser buscada; o art. 18 que na fase preparatória estabelece a necessidade de avaliação prévia dos aspectos de sustentabilidade ali relacionados; art. 26 que admite o estabelecimento de margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis; o art. 34 que permite a inclusão de custos decorrentes dos impactos ambientais na precificação do objeto.

A mudança do eixo de interpretação da nova lei de licitações permite dizer que o gestor da administração pública tem o dever de motivar a não adoção de critérios e práticas sustentáveis nas contratações públicas. Isso porque a realização desse tipo de licitação tem pleno amparo normativo, a começar da própria Constituição Federal. Nesse sentido, agir contrariamente viola norma constitucional, ao tempo em que incorre em afronta ao art. 3º da Lei nº 8.666/1993, art. 5º, 11, 18 e outros da nova Lei de licitações. Permanece a lógica operacional de análise do menor preço, mas associada a critérios de sustentabilidade social e ambiental.

O modelo “Pratique ou Explique”, adotado no mundo corporativo, estabelece que as boas práticas de sustentabilidade na organização é regra e que sua ausência ou não adoção deve ser justificada. Esse modelo é adotado pela União Europeia, inspirado na Diretiva Europeia n° 1253/2021 e tem vasto uso nas empresas privadas. Tal modelo foi contemplado na Resolução CVM n° 59/2021, que ao tratar do regime informacional das empresas que operam no mercado de capitais no Brasil, obriga as empresas de capital aberto a reportar as práticas de sustentabilidade adotadas, e justificar (explicar), caso não o façam.

A Diretiva Europeia (Regulamento delegado) nº 1253/2021 trouxe um conjunto de alterações às regras relativas à atividade das empresas de investimento, alinhada à tendência mundial de estabelecimento de uma estratégia em matéria de finanças sustentáveis. A normativa comunitária foca em dois vetores: uma de natureza interna, que corresponde à inclusão de fatores de sustentabilidade nos processos internos da empresa, e outro de natureza externa, centrado na relação das empresas com seus clientes e colaboradores externos. Ainda nessa toada, as empresas de investimento passam a ser obrigadas a fornecer aos clientes uma descrição dos fatores de sustentabilidade que tenham sido considerados no processo de seleção de instrumentos, bem como fazer referência, no relatório um resumo de aconselhamentos em matéria de sustentabilidade.

Dentro da lógica, a divulgação de informações não financeiras e sobre diversidade pelas empresas, Portugal editou o Decreto-Lei nº 89/2017 que internaliza a Diretiva da União Europeia e obriga a divulgação de informações não financeiras relativas às áreas sociais e ambientais, visando a identificação de riscos de sustentabilidade das empresas, obrigação de emissão de relatórios para compreensão da evolução e do impacto das suas atividades referente às questões ambientais, sociais, e relativas aos trabalhadores, a igualdade de gênero, à não discriminação, ao respeito aos direitos humanos e combate à corrupção. No art. 66º- B do Decreto-lei nº 89/2017, que trata da demonstração não financeira, no item 3 consta que “*caso a empresa não aplique políticas em relação a uma ou mais questões referidas no número anterior (políticas ambientais e sociais adotadas pela empresa), deve apresentar uma explicação clara e fundamentada para esse facto*.” Claramente a norma portuguesa adota o modelo “Pratique ou Explique”.

O modelo “Pratique ou Explique” adotado pela Comissão de Valores Mobiliários na Resolução CVM nº 59/2021 destaca alguns aspectos de importância na área de boas práticas ambientais, social e de governança, a saber.

As empresas de capital aberto agora são obrigadas a reportar, e justificar caso não o façam, determinadas métricas e atuações ESG (sustentável). Destacam-se alguns pontos principais que agora são exigidos: se o relatório é auditado por instituição independente; se a empresa realizou avaliação de materialidade ESG, a exemplo de inventário de emissões de gases de efeito estufa, bem como políticas objetivas para redução de emissões; se o relatório considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as metas mais relevantes para a matriz de materialidade da empresa; se o relatório considera as recomendações de organização relacionadas ao clima; informações sobre diversidade; se e como os riscos e práticas ESG são considerados pelo Conselho de Administração.

O que se vê é alinhamento da legislação brasileira quanto ao tema seguindo o esforço mundial de aprimorar as regras obrigatórias e melhorar a transparência em relação ao tema.

A partir desse novo eixo interpretativo da norma de licitações, o modelo “Pratique ou Explique” se incorpora à normatização das contratações públicas (paralelo entre a Lei nº 14.133/2021 e a Resolução CVM n° 59/2021), tudo a merecer nova interpretação. A norma do art. 18, § 2º da nova Lei de Licitações ao tratar do Estudo Técnico Preliminar – ETP, determina que o gestor deve justificar a não adoção de boas práticas sustentáveis no processo de compras públicas.

Por oportuno, transcreve-se a citada norma:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento (...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

XII - **descrição de possíveis impactos ambientais** e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

(...)

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, **apresentar as devidas justificativas.**

Nota-se que o estudo técnico preliminar deverá conter como obrigatório os elementos dos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º do art. 18 e quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, que é o caso do inciso XII (descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras), **apresentar as devidas justificativas**. Está claro no § 2º do art. 18 que a ausência de análise dos riscos ambientais no ETP deve ser justificada pelo gestor.

Trata-se da matriz “Pratique ou Explique”, incorporada à Lei de licitações n° 14.133/2021, que advém da interpretação de que sustentabilidade como valor inserida na norma de compras públicas é mandamento cogente do legislador e não discricionário. Não há facultatividade na legislação. A não adoção de critérios sustentáveis nas aquisições e contratações deve ser motivada administrativamente. A lógica das licitações e compras como meros atos concatenados para aquisição/contratação pra fins de manutenção das atividades estatais se transmuda em instrumento de política de fomento às mudanças do entorno social e ambiental.

A força cogente da sustentabilidade nas contratações públicas pode ser observada na jurisprudência do TCU abaixo transcrita:

ART. 3º, CAPUT, LEI Nº 8.666/1993 1.8. Dar ciência à [...]que: 1.8.1. **a não adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na realização de licitações contraria o art. 3º da Lei 8.666/1993** e a Instrução Normativa SLTI 01/2010; (Acórdão nº 3241/2013 – TCU – Segunda Câmara)

(...) E a Administração Pública não pode, nem deve deixar de inserir esse tipo de critério para escolha das aquisições a serem realizadas ou dos serviços a serem contratados. **Nesse sentido, as chamadas licitações sustentáveis constituem importante instrumento a ser adotado pelas entidades públicas** para, utilizando seu significativo poder de compra, induzir o setor produtivo a adotar processos de produção ambientalmente mais sustentáveis. É importante destacar que a realização desse tipo de licitação tem pleno amparo normativo, a começar da própria Constituição Federal (arts. 170, VI e 225), passando por acordos internacionais... (Acórdão nº 691/2013 – Segunda Câmara)

Com esse novo olhar para a nova de licitações e contratos brasileira, que demanda nova interpretação, a par de vasta normatização que permeia a legislação, e do modelo “Pratique ou Explique” que se incorpora à normatização das compras públicas, sob o influxo do desenvolvimento nacional sustentável, que se apresenta a proposição a seguir de intervenção nos artefatos licitatórios.

**4. PROPOSIÇÃO: CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL – INTRODUÇAO DE CRITÉRIOS E REGRAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NOS ARTEFATOS DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

A sustentabilidade sob o viés das boas práticas ambientais diz respeito a garantir contratações de serviço e compras públicas sustentáveis ambientalmente, sob a forma de introdução de cláusula de sustentabilidade nos contratos, seja nas especificações no objeto, seja na adoção de objeto ambientalmente correto e/ou nas obrigações da contratada.

Adotando-se como referência o guia nacional de contratações sustentáveis agosto/2022 da AGU[[15]](#footnote-15), apresenta-se o anexo I e II com sugestões de referência e de medidas sustentáveis a serem introduzidas no termo de referência, no estudo técnico preliminar – ETP, edital e/ou na minuta do contrato de serviço de limpeza e conservação e na aquisição ou contrato de serviços de veículos.

A comprovação e verificação dos critérios de sustentabilidade exigidos pelo órgão público pode ser feita através de certificações, documentos comprobatórios, amostra, laudos técnicos, etc.

Na contratação de serviço de limpeza e conservação constam as seções: (legislação/ providências/Inserir no Edital e no termo de referência), conforme o anexo I.A título de exemplo, nesse anexo consta padrão de conduta para reciclagem de produtos, necessidade de observância de norma da ANVISA, formas de descarte de material, etc.

Na aquisição ou serviços de veículos constam as seções: (legislação/ providências/Inserir no Edital e no termo de referência), conforme o anexo II. Nesse anexo constam entre outras, previsão de substituição gradual de frota de veículos movido a combustível fóssil por renovável, regras que estabelecem padrão máximo de emissão de gases de motores dos veículos, programa de etiquetagem de eficiência energética, previsão de manutenção periódica de veículos, além de previsão de observância às normas do CONAMA.

Importante registrar que os anexos trazem legislações federais a serem observadas em cada caso, como referência para elaboração de edital, termo de referência e minuta contratual, e tais normativas devem ser analisadas quanto à aplicação aos Estados e Municípios.

**5. EXTERNALIDADES POSITIVAS NA ADOÇÃO DE PRÁTICAS SSUSTENTÁVEIS NAS COMPRAS PÚBLICAS**

É possível identificar diversas externalidades positivas em adotar as boas práticas sustentáveis nas contratações públicas. Introduzir boas práticas de mitigação de impacto ambiental nas contratações públicas, além do benefício direto ao meio ambiente com redução de resíduos, de descarte, de emissão de gases de efeito estufa, uso de energia limpa, tem efeito de fomento e de induzir conduta similar e consciente do contratado e da iniciativa privada em geral e da comunidade. Tem potencial de servir de modelo a outros entes federados e com isso garantir ganhos de escala e de rede a toda a Federação Brasileira.

Transversalmente é apto a fomentar o desenvolvimento e inovação da economia local, regional e nacional, com incentivo de produção e consumo de produtos e serviços ecoeficientes, induzindo criação e desenvolvimento de mercado (denso)[[16]](#footnote-16) físico e digital (plataformas bifaces)[[17]](#footnote-17) de produtos e serviços sustentáveis, na linha normativa do Decreto do Estado da Bahia nº 14.692/2013, que instituiu o programa estadual de compras públicas sustentáveis.

**6. CONCLUSÃO**

A partir da consideração da sustentabilidade como valor e princípio constitucional e como objetivo da nova lei de licitações e contratos, constata-se uma mudança substancial do eixo de interpretação dessa legislação, o que permite dizer que o gestor da administração pública tem o dever de motivar a não adoção de critérios e práticas sustentáveis nas contratações públicas. A legislação de compras brasileira incorporou o modelo “Pratique ou Explique” que informa que as boas práticas de sustentabilidade na organização é regra e sua ausência ou não adoção deve ser justificada.

No entanto, a questão não se resolve pela existência do forte arcabouço constitucional/legal. “A problemática das contratações públicas sustentáveis se insere no processo histórico de conscientização ambiental mundial, mas ainda com forte predomínio de uma sociedade de produção e consumo (BAUMAN, 2008 apud Villac, 2020) lastreada em combustíveis fósseis, energias não renováveis e destruição da biodiversidade. Isso leva a concluir que mais do que institucionalização normativa, as temáticas sustentáveis demandam ainda um **percurso civilizatório fundado na ética e cidadania planetária**.” (WARPECHOWSKI, 2021, p. 390)

Nessa linha, Leonardo Boff (2017) fala da necessidade de incutir um “dever de cuidado” em prol da convivência (contrário ao paradigma da modernidade de dominação), o que implica em repensar a relação entre os homens e entre este e a natureza ao redor, deixando de lado a ideia no antropocentrismo, numa viragem paradigmática forte na concepção de que todas as coisas tem um valor intrínseco, independente do ser humano e ao mesmo tempo interligados.

A título de conclusão, no âmbito corporativo, a maior revolução desde 2004[[18]](#footnote-18) na seara de sustentabilidade é a sedimentação da visão empresarial de que as estratégias sustentáveis devem derivar da estratégia de negócios da companhia, não mais na visão tradicional de boas práticas de sustentabilidade como simples apêndice do plano de negócios, na forma de compensação de degradação.

Esse é o grande desafio da Administração Pública, de tomar consciência de que “O ser humano é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca (...)” (BARBIERE, 2020, p. 25), sendo necessária uma mudança cultural, em prol de uma ética planetária pela sustentabilidade por parte daqueles que integram o Estado abstrato.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**AMARAL, Gustavo**. Direito, Escassez e Escolha. 2ª edição – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

**BARBIERE, José Carlos**. Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030/José Carlos Barbieri. Petrópolis: Vozes, 2020 - (Coleção Educação Ambiental)

**BOFF, Leonardo**. Sustentabilidade: o que é : o que não é/Leonardo Boff. – Petrópolis; RJ: Vozes, 2017. E-book

**COASE, R. H.** A firma, o mercado e o direito/Ronald H. Coase: tradução Heloísa Gonçalves Barbosa. Revisão técnica, Alexandre Veronese...2ª edição – Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2017. (coleção Paulo Bonavides)

**COOTER, Robert; Ulen Thomas**. Direito & economia. Tradução de Luis Marcos Sander e Francisco A. da Costa. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010, Título: Law andeconomics.

**GIACOMONI, James**. Orçamento público/James Giacomoni. – 14. Ed, ampliada, revista e atualizada – 2 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

**KAHNEMAN, Daniel.** Rápido e devagar: duas formas de pensar / Daniel Kahneman: tradução Cássio de Arantes Leite – 1ª ed. – Rio de Janeiro: objetiva, 2012.

**LEAL, Rogério Gesta**. Impactos econômicos e sociais das decisões judiciais: aspectos introdutórios / Rogério Gesta Leal. Brasília: ENFAM, 2010.

**MACKAAY, Ejan.** Análise econômica do direito/EjanMackaay, Stéphane Rousseau. Tradução Raquel Sztajn, 2. Ed. São Paulo, Atlas, 2015.

**NÓBREGA, Marcos**. Direito e economia da infraestrutura / Marcos Nóbrega – Belo Horizonte: Fórum, 2020.

**NOHARA, Irene Patrícia Diom**. Nova Lei de Licitações e contratos: comparada/Irene Patrícia Diom Nohara - 1. ed. - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

**POSNER, Richard A.** Direito, pragmatismo e democracia/Richard A. Posner; tradução Teresa Dias Carneiro; revisão técnica Francisco Bilac M. Pinto Filho – Rio de Janeiro: Forense, 2010.

**ROMITA, Arion Sayão**. Direitos fundamentais nas relações de trabalho. 3 ed. Ver. E aumentada – São Paulo: LTr, 2009.

**ROTH, Alvin E.** Como funcionam os mercados: a nova economia das combinações e do desenho de mercado/Alvin E. Roth; tradução Isa Mara Lando e Mauro Lando - 1 ed. – São Paulo: Portfolio-Penguin, 2016.

**SARLET, Ingo Wolfgang. Luciano Benetti Timm.** Direitos fundamentais, Orçamento e “reserva do possível”. Organizado por Ingo Wolfgang Sarlet, Luciano Benetti e Ana Paula de Barcellos et.. Porto Alegre. Livraria do advogado. Editora 2008.

**THALER, Richard H.** Nudge: como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade / Richard H. Thaler, Cass R. Sunstein: tradução Ângelo Lessa – 1ª ed. – Rio de Janeiro: objetiva, 2019.

**TIMM, Luciano Benetti.** Direito e economia no Brasil: estudos sobre a análise econômica do direito/Alexandre Bueno Caleb-et al. Organizado por Luciano Benetti Timm – 3. ed. – Indaiatuba, SP: Editora foco, 2019.

**TIROLE, Jean.** Economia do bem comum/Jean Tirole; tradução André Telles; revisão técnica Renato Gomes, Alípio Ferreira Cantisani - 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

**VERSIGNASSI,** **Alexandre**. Crash: uma breve história da economia. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2019.

**VILLAC, Teresa**. Licitações sustentáveis no Brasil/Teresa Villac; 2. ed. - Belo Horizonte: Fórum, 2020. 750KB; E-book.

**WARPECHOWSKI, Ana Cristina Moraes;** **GODINHO, Heloísa Helena Antonacio Monteiro; IOCKEN, Sabrina Nunes (Coord).** Políticas públicas e os ODS da Agenda 2030. 1 Reimp. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

**WILLIAMSON, Oliver E.** The EconomicInstitutions of Capitalism: firms, markets, relationsl contracting. London: Collier Macmillan Publishers, 1985.

**WOLKART,** **Erik Navarro**. Análise econômica do processo civil. Como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça/Erik Navarro Wolkart – São Paulo: Thomson Reuters. Brasil, 2019.

**Artigos:**

**FORTINI**, Cristiana. Amorim. Rafael Amorim de. Um novo olhar para a futura lei de licitações e contratos administrativos: A floresta além das árvores. Disponível em [www.licitacaoecontrato.com.br](http://www.licitacaoecontrato.com.br). Acesso em 14 de abril de 2022.

**NÓBREGA**, Marcos. TORRES, Ronny Charles L. de. A nova lei de licitações, credenciamento e e-marketplace o turning point da inovação nas compras públicas. 2020. Disponível em <https://www.olicitante.com.br/emarketplace-turning-point-inovacao-compras-publicas>. Acesso em 10 março de 2022.

Poder Discricionário no Direito Administrativo Brasileiro. Almiro do Couto e Silva. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46170>. Acesso em 05 de abril de 2022.

**ANEXO I – CONSERVAÇÃO E LIMPEZA**

|  |
| --- |
| **LIMPEZA E CONSERVAÇÃO – Serviços de limpeza e conservação**  **LEGISLAÇÃO:**  Lei n° 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos - Decreto nº 7.404, de 2010 - Regulamenta a Lei no 12.305, de 2010.  Instrução Normativa no. 5/2017 – SEGES/MPDG (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional)  Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências);  **PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES:**  a) Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:  I. use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;  II. adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme parâmetros do Decreto estadual n° 48.138, de 8/10/2003, do Estado de São Paulo;  III. observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;  IV. forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;  V. realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;  VI. realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;  VII. respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;  VIII. preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.  b) Para fins de coleta seletiva ou logística reversa, os consumidores são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis (art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, c/c art. 6º do Decreto nº 7.404, de 2010).  **PROVIDÊNCIAS A TOMAR:**  **NOS SERVIÇOS:**  1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada: “nos termos da Lei n° 12.305, de 2010, do Decreto nº 7.404, de 2010 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:  a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.”  a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.  b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:  b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;  b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;  b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;  b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;  b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;  b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;  c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);  d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;  e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;  f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;  g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:  g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;  g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;  g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.”  **PRECAUÇÕES:**  Quando os serviços de limpeza abarcam itens já sujeitos a regramento próprio (descarte adequado de pilhas, lâmpadas e pneus usados; utilização de aparelhos eletrodomésticos; utilização de produtos cujo fabricante deve estar inscrito e regular no CTF-Ibama, etc.), cabe reproduzir também as disposições específicas de cada item. |

*Extraído do guia nacional de sustentabilidade da AGU - 2022 –* [*https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs\_082022.pdf - Acesso em 29/03/2023*](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf%20-%20Acesso%20em%2029/03/2023)*.*

**ANEXO II – AQUISIÇÃO OU SERVIÇOS QUE ENVOLVAM VEÍCULOS AUTOMOTORES**

|  |
| --- |
| **VEÍCULOS**  Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de veículos automotores. Exemplo: Locação de automóveis – Serviços de transporte – Etc.  **LEGISLAÇÃO**  - Lei n° 9.660, de 1998 (Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências.) - Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 3, de 15/05/2008 (Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências) - Resolução CONAMA n° 1, de 11/02/1993 (Dispõe sobre os limites máximos de ruídos para veículos) - Resolução CONAMA n° 272, de 14/09/2000 (Dispõe sobre os limites máximos de ruídos para veículos)Resolução CONAMA 8/1993 (Complementa a Resolução no 18/86) - Resolução CONAMA 17/1995 (Dispõe sobre os limites máximos de ruído para veículos de passageiros ou modificados.) - Resolução CONAMA 242/1998 (Dispõe sobre limites de emissão de material particulado para veículo leve comercial e limite máximo de ruído emitido por veículos com características especiais para uso fora de estradas) - Resolução CONAMA n° 18, de 06/05/1986 (Dispõe sobre a criação do Programa de Controle de Poluição do Ar por veículos Automotores – PROCONVE) - Resolução CONAMA no. 433, de 13 de julho de 2011, que dispõe sobre a inclusão no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE e estabelece limites máximos de emissão de ruídos para maquinas agrícolas e rodoviárias novas.  - Resolução CONAMA nº 490, de 16 de novembro de 2018 (Estabelece a Fase PROCONVE P8 de exigências do Programa) - Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018 (Estabelece as Fases PROCONVE L7 e PROCONVE L8 de exigências do Programa) - Resolução CONAMA n° 418, de 25/11/2009 (Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso) - Lei n° 10.295, de 2001 (Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.) - Decreto n° 9.864, de 2019 (Regulamenta a Lei nº 10.295, de 2001) - Decreto n° 4.508, de 2002 – art. 2° - Decreto nº 7.746, de 2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) - Decreto nº 11.003, de 2022 (Institui a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano) - Instrução Normativa nº 2, de 2014 da SLTI/MPOG (Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal) - Portaria INMETRO nº 377, de 2011 (Aprova a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves)  **PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES**   Os veículos leves adquiridos para compor frota oficial ou locados de terceiros para uso oficial deverão utilizar combustíveis renováveis.   Excluem-se de tal obrigatoriedade os veículos componentes da frota das Forças Armadas, os de representação dos titulares dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, conforme dispuser regulamento, aqueles destinados à prestação de serviços públicos em faixas de fronteira e localidades desprovidas de abastecimento com combustíveis renováveis.   limites máximos de ruídos para veículos automotores nacionais e importados, em aceleração e na condição parado.  1) O Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE tem o objetivo principal de reduzir os níveis de emissão de poluentes por veículos automotores, visando ao atendimento de padrões de qualidade do ar, especialmente nos centros urbanos.  2) Estabelece as fases do PROCONVE L8, visando estabelecer novos padrões de emissão para motores veiculares e veículos automotores pesados, nacionais e importados e fomentar adequação tecnológica e melhoria na qualidade dos combustíveis.  3) Estabelece as fases do PROCONVE L7 e L8, visando estabelecer novos padrões de emissão para motores veiculares e veículos automotores leves, nacionais e importados e fomentar adequação tecnológica e melhoria na qualidade dos combustíveis.  4) Os Planos de Controle de Poluição Veicular – PCPV, elaborados pelos Estados e pelo Distrito Federal, poderão indicar a realização de um Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M, para fins de controle da emissão de poluentes e ruído.  5) Eficiência energética de veículos leves.  6) O Inmetro, em parceria com o Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet), criou um programa de etiquetagem para veículos: O Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular. O PBE Veicular é um programa de etiquetagem de eficiência energética para veículos leves. No PBE Veicular, a principal ferramenta de informação dos consumidores é a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia. Ela classifica os modelos quanto à eficiência energética na categoria e mostra outras informações, como a autonomia em km por litro de combustível na cidade e na estrada, e a emissão de CO 2, que é um dos gases responsáveis pelo efeito estufa.  7) A ideia aqui é orientar a Administração a adquirir veículos que tenham a melhor eficiência energética, sem prejuízo relevante da competitividade.  8) A Etiqueta Nacional de Conservação de Energia serve de referência para a descrição do padrão de eficiência que a Administração pretende que o veículo tenha.  9) Como não poderia deixar de ser, a competitividade deve ser ponderada com as vantagens da aquisição de veículos com maior eficiência energética.  10) Adotando-se o mesmo raciocínio da Instrução Normativa nº 2, de 2014 da SLTI/MPOG (Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal), é possível justificar a exigência de veículo que tenha a eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, que é a mais eficiente.  11) Quando não existir, no período de aquisição, um mínimo de três fornecedores com veículos que tenham a eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, devem ser admitidos veículos com eficiência energética equivalente às duas classes seguintes que possuam um mínimo de três fornecedores com eficiência equivalente, admitida a complementação de números de fornecedores de uma classe com a de outra.  12) O Decreto 11.003/22, que institui a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano, dispõe que os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sempre que cabível, devem considerar suas diretrizes em seus planejamentos estratégicos, programas e ações institucionais.  13) No que diz respeito aos veículos, entre as diretrizes são encontradas a promoção de iniciativas para o abastecimento de veículos leves e pesados, como ônibus, caminhões e tratores agrícolas, e de embarcações movidos a biometano ou híbridos com biometano, tais como pontos e corredores verdes, assim como a implantação de tecnologias que permitam a utilização de biogás e biometano como fontes de energia e combustível renovável.  **PROVIDÊNCIA A SER TOMADA NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:**  1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto: “Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável XXXX (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei n° 9.660, de 1998.” NOS SERVIÇOS:  1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:  “Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar o combustível renovável XXXX (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei n° 9.660, de 1998.” NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:  1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto: “Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n° 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, n° 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.” NOS SERVIÇOS:  1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada: “Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA n° 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, n° 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.” NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:  1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto: “Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos deemissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA n° 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes ” NOS SERVIÇOS:  1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada: “Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA n° 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.”  **NOS SERVIÇOS:**   1. Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada: “Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA n° 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.”   **NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:**  1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto: “Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).”  2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto: “O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia da Etiqueta do produto ofertado, caso o fabricante tenha aderido ao PBE Veicular, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o veículo possui eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente), para comprovação do nível de eficiência energética exigida no Termo de Referência.”  **NOS SERVIÇOS**:  1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada: “O veículo a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) ou comprovada eficiência energética equivalente.” PRECAUÇÕES - A Lei nº 9.660/98 foi editada quando veículos movidos exclusivamente a álcool eram fabricados e comercializados no Brasil. Atualmente, todavia, a indústria automobilística não mais produz tais veículos – sucedidos pelos modelos “flex”, movidos por mais de um tipo de combustível: gasolina e etanol, gasolina e eletricidade, etc. - Assim, quanto ao combustível etanol, entendemos necessário adotar uma interpretação ampla do dispositivo legal, no sentido de admitir veículos “flex”, sob pena de restrição desarrazoada da ampla competitividade. - Lembramos que o fabricante de veículos rodoviários, inclusive peças e acessórios, também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide FTE-Categoria: Indústria de Material de Transporte; Código: 6-1; Descrição: Fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios. - O Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018 dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional. Em considerando o potencial poluidor do uso de veículos, deve-se atentar às restrições de uso estabelecidas neste decreto no planejamento da contratação. O decreto também exige no seu art. 8º, que os órgãos, as autarquias e as fundações da administração pública federal deverão considerar todos os modelos de contratação praticados pela administração pública federal para prestação de serviço de transporte de material e de pessoal a serviço, de que trata o art. 4º, e adotar aquele que for comprovadamente mais vantajoso em comparação ao modelo vigente. - Por se tratar de uma Etiquetagem Voluntária, o fabricante ou importador do veículo não é obrigado a aderir ao PBE Veicular. - Por essa razão, a Administração não pode definir no certame que somente serão aceitos veículos que possuam a Etiqueta com classificação A. - Por outro lado, a Administração deve sempre buscar adquirir veículos que tenham a melhor eficiência energética. - Dessa forma, é possível que a Administração exija que o licitante comprove que o veículo oferecido atende aos requisitos para a obtenção da Etiqueta na categoria mais eficiente, comprovando essa eficiência por qualquer meio válido, em especial, por laudo pericial. Ou seja, não é possível exigir que o veículo tenha a Etiqueta na categoria A, pois, como já dito, a adesão ao PBE veicular é voluntária. Todavia, é possível exigir que o veículo oferecido pela licitante tenha a eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, que é a mais eficiente. - Lembramos que o pneu veicular também é submetido à etiquetagem pelo INMETRO, sendo um dos critérios de avaliação do pneu a eficiência energética, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre pneus também podem ser seguidas em conjunto com as especificações do próprio veículo. |

*Extraído do guia nacional de sustentabilidade da AGU - 2022 –* [*https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs\_082022.pdf - Acesso em 25/07/2023*](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf%20-%20Acesso%20em%2025/07/2023)

1. Nohara. Irene Patrícia Diom. Nova Lei de Licitações e contratos: comparada, pag. 7 [↑](#footnote-ref-1)
2. ESG – Critérios adotados pelas empresas privadas com foco em questões ambientais, sociais e de governança, equivalente ao termo ASG na língua Portuguesa. [↑](#footnote-ref-2)
3. TIROLE, Jean. Economia do bem comum/Jean Tirole; tradução André Telles; revisão técnica Renato Gomes, Alípio Ferreira Cantisani - 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020, pag. 414. [↑](#footnote-ref-3)
4. Benefício que advém da presença de muitos usuários/consumidores em um mercado ou plataforma digital. *Idem*, pag 413. [↑](#footnote-ref-4)
5. BARBIERE, José Carlos. Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030/José Carlos Barbieri. Petrópolis: Vozes, 2020, pag. 36. [↑](#footnote-ref-5)
6. Licitações sustentáveis no Brasil/Teresa Villac, pag.16 [↑](#footnote-ref-6)
7. O Clube de Roma foi criado em 1968 por um grupo de empresários e estudiosos de diversas áreas e teve sua ascensão com a publicação do Relatório “Os limites do crescimento”, que tratava do desenvolvimento sustentável e vendeu mais de 12 milhões de exemplares. A repercussão levou a se tornar o principal tema de debate na Conferência de Estocolmo. [↑](#footnote-ref-7)
8. O documento é resultado de uma provocação do então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, a 50 CEOs de grandes instituições financeiras do mundo. [↑](#footnote-ref-8)
9. Abordagem pragmática da Resolução CVM 59 e das informações ESG. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2022-jun-26/artx-publico-pragmatico-abordagem-pragmatica-resolucao-cvm-59-> . Acesso em 30/07/23. [↑](#footnote-ref-9)
10. Nações Unidas no Brasil (disponível em https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030) [↑](#footnote-ref-10)
11. BARBIERE, José Carlos. Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030/José Carlos Barbieri. Petrópolis: Vozes, 2020, pag.132. [↑](#footnote-ref-11)
12. Desacoplar no sentido de separar-se do que está conectado. Termo técnico adotado na física. [↑](#footnote-ref-12)
13. BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é: o que não é/Leonardo Boff. – Petrópolis; RJ: Vozes, 2017. E-book [↑](#footnote-ref-13)
14. Disponível em: [*https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs\_082022.pdf - Acesso em 29/03/2023*](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf%20-%20Acesso%20em%2029/03/2023) [↑](#footnote-ref-14)
15. <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf>. Acesso em 29/03/23 [↑](#footnote-ref-15)
16. Muitos participantes compradores e vendedores, atuando ao mesmo tempo durante a atividade, o que evita a prática perniciosa de “competição pela velocidade” e as “ofertas relâmpagos”. (Roth. Alvin E. Como funcionam os mercados: a nova economia das combinações e do desenho de mercado, pag.30/31). [↑](#footnote-ref-16)
17. TIROLE, Jean**.** Economia do bem comum/Jean Tirole; tradução André Telles; revisão técnica Renato Gomes, Alípio Ferreira Cantisani - 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020, pag.395. [↑](#footnote-ref-17)
18. Data em que foi cunhada a expressão “ESG”, sigla que diz respeito aos critérios adotados pelas companhias privadas de integração entre valor econômico aliado à preocupação com as questões ambientais, sociais e de governança. [↑](#footnote-ref-18)